

Percepções na produção do conhecimento em política e administração da educação

***Perceptions in the production of knowledge
in educational policy and administration***

***Percepciones en la producción del conocimiento
en política y administración de la educación***

Com este número da RBPAE, encerramos o volume 24, referente ao ano de 2008, significando 24 anos de publicação ininterrupta da revista. Gratifica-nos colocar à disposição da comunidade profissional interessada uma produção que denota significativos esforços intelectuais de reflexão sobre uma base material e teórica diversa e em constante movimento.

Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, adverte que devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só, constituindo-se, assim, distintas e contraditórias percepções. Um primeiro – o mundo como nos fazem crer – seria o mundo globalizado, erigido sobre fabulações que sustentam a bondade da globalização, como a difusão da idéia de um mercado global que homogeneiza o planeta, quando as diferenças e desigualdades locais são, de fato, aprofundadas. Outro seria o mundo como é, ou seja, a imposição da globalização como uma fábrica de perversidades – desemprego, pobreza, fome, aprofundamento de cinismos, corrupção, e assim por diante – que tem na raiz a adesão aos comportamentos competitivos. Um terceiro seria o mundo como pode ser, uma outra globalização, pois as mesmas bases técnicas em que se assenta o capital para construir a globalização perversa podem sustentar, nos planos empírico e teórico, uma globalização mais humana.

Desde diferentes perspectivas e objetos – bem como pensando que a idéia dos três mundos possa ser aplicada a outros fenômenos das sociedades contemporâneas que se articulam com a educação –, pode-se dizer que a produção intelectual que vem sendo difundida através da RBPAE tem se dedicado à denúncia ou à crítica do mundo como nos fazem crer e do mundo como é, assim como à prospecção do mundo como pode ser. Os textos aqui reunidos são representativos de uma produção com tais características.

Na seção *Fundamentos da administração da educação em questão*, dois textos se apresentam, trazendo, em comum, uma problematização das bases em que se assentam propostas de gestão educacional em tempos de reformas e pós-reformas político-administrativas. Alda Maria Duarte de Araújo Castro, em artigo intitulado *Administração gerencial: a nova configuração da gestão educacional na América Latina* argumenta que um novo modelo de

gestão da educação, esteado em concepções e práticas da administração empresarial, vem sendo proposto em orientações contidas em documentos do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação (PROMEDLAC), no âmbito do Projeto Principal de Educação, assim como no Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC); nestas orientações, descentralização, participação e autonomia assumem conotações específicas, relativas a sua vinculação a teorias gerenciais. Processos recentes de transformação no sistema educacional argentino são abordados no texto *La política y la administración educativa en nuevos tiempos*, de Mariana Afonso Brá, no qual são discutidos elementos de reestruturação do sistema: de uma condição predominantemente burocrática – vertical e de base jurídico normativa – para uma condição pós-burocrática – transversal e mais flexível; este deslocamento em termos de articulação político-administrativa do sistema educacional, conectado a mudanças na articulação social do Estado, é extensamente explorado no texto, apontado-se, contudo, uma reconfiguração que congrega continuidades e descontinuidades entre os períodos de reforma e pós-reforma.

O foco em sistemas ou redes públicas de educação básica encontra-se em quatro artigos da seção *Financiamento e gestão da educação básica em redes públicas*, a qual pode ser considerada representativa de temas que têm sido privilegiados nos estudos da área de política e administração da educação voltados para especificidades de territórios político-institucionais não-escolares. Em *Financiamento da educação e o município na federação brasileira*, Andréa Barbosa Gouveia trata do papel do município como lócus de gestão da política educacional, reconstituindo trajetórias de localização dos municípios na organização federativa do país e na oferta educacional; a extensa responsabilidade dos municípios é demonstrada através da exposição de bases normativas das competências municipais em termos de atuação nas políticas sociais e na oferta e financiamento da educação, assim como através de dados de matrícula e de gastos educacionais, exemplificados, em especial, pelo caso do estado do Paraná, os quais tanto evidenciam a significativa contribuição dos municípios quanto incentivam (re)conceptualizações na pesquisa sobre municipalização e gestão da educação municipal. Andréa Gouveia alerta para a importância de olharmos para as especificidades municipais, o que é feito por Calinca Jordânia Pergher, no artigo *Condições de oferta e financiamento do ensino público municipal de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul*, no qual as receitas e gastos educacionais, assim como certas condições de oferta – matrículas, condições do trabalho docente, fluxo escolar, infra-estrutura física e pedagógica das escolas –, de um pequeno município são descritas e articuladas; a autora demonstra que a prefeitura de Getúlio Vargas despense recursos relativamente significativos em manutenção e desenvolvimento do ensino; estes, contudo, (de)limitados pelas condições econômicas locais e pelas bases normativas ou de distribuição de recursos estatais, seja pela configuração federativa, seja pelas especificidades da área da educação. Três municípios de Mato Grosso do Sul são objeto de atenção do artigo *Conselhos municipais de educação e qualificação da educação básica*, de Dirce Nei Teixeira de Freitas e Flávia Roberta Corrêa

de Carvalho, agora com o olhar recaindo sobre o papel desempenhado pelos conselhos na organização e gestão da educação básica, através do exame de suas respectivas composição, competências e atuação; através da exposição destes elementos e de dados referentes a cobertura, fluxo e eficiência escolar, as autoras defendem que os conselhos estudados não têm cumprido um papel de mediação entre Estado e sociedade que permita impulsionar a participação e agir em prol da qualidade do ensino e, por decorrência, da efetivação do direito à educação escolar. Encerra esta seção um artigo referente a propostas de gestão de uma rede pública estadual, *Gestão da Educação Básica em Mato Grosso do Sul nos anos 1990*, de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, um texto que caracteriza, através de análise documental, três propostas governamentais de gestão que se apresentaram no período de 1991 a 2002; ao discorrer sobre os movimentos verificados em termos de propostas de gestão, a autora procura estabelecer conexões entre essas e configurações políticas particulares ao estado de Mato Grosso do Sul, bem como com as reformas educacionais propugnadas pelo governo federal, o que permite a exposição de inferências acerca das relações federativas no desenho de políticas de gestão da educação.

Outro recorte temático, já clássico na área de política e administração da educação, *Direito à Educação*, é objeto dos dois artigos da seção seguinte deste número da RBP AE. Adriana Dragone Silveira, em *A exigibilidade do direito à educação básica pelo sistema de justiça: uma análise da produção brasileira do conhecimento*, revisa bibliografia referente à dimensão jurisprudencial do direito à educação após a Constituição da República de 1988; parte de uma síntese dos marcos legais referentes ao tema, seguida de uma categorização e análise de 45 textos criteriosamente selecionados, resultando num panorama que evidencia a necessidade de maiores esforços na produção teórica sobre o tema, incluindo-se, entre esses, o tratamento de temas que têm sido secundarizados, como, por exemplo, o da exigibilidade do direito à qualidade da educação. O direito à educação no cenário político-econômico e educacional que se desenha a partir dos anos 1990 no Brasil é objeto do texto *Do direito à educação à noção de quase-mercado: tensões na política de educação básica brasileira*, de Adriana Bauer, no qual o direito à educação é interpretado em suas relações históricas com os direitos humanos, as gerações de direitos à educação e reconfigurações da regulação estatal na lógica do quase-mercado; a autora defende os princípios de igualdade, democracia e cidadania, inerentes ao direito à educação, e aponta formas através das quais mecanismos afeitos à lógica do quase-mercado subvertem este direito, assim como chama a atenção para a pertinência de se discutir o direito à educação tendo em conta a polissemia do termo qualidade da educação.

Fechando este número da RBP AE, publicamos um texto de Benno Sander, que se intitula *Direitos humanos e educação – Pronunciamento por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas*, no qual é sublinhado o compromisso da ANPAE com a afirmação e garantia da educação de qualidade para todos e da Educação em Direitos Humanos. A propósito, dada a relevância desta matéria, o texto

anuncia que o XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, a serem realizados em 2009, terão como tema central *Direitos Humanos e Cidadania: desafios para a política e a gestão democrática da educação*.

O trabalho editorial tem sido árduo e recompensador, congregando um fluxo contínuo e volumoso de diálogo entre a editoria, autores e colaboradores, imprescindível para a manutenção do projeto editorial planejado em 2006. Nossa gratidão a avaliadores e colaboradores da editoração deste número.

Maria Beatriz Luce
Editora

Nalú Farenzena
Editora Associada